

Revista

FEBASE

Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes; Viriato Baptista

Ano 1
N.º 7
1,50 €
Novembro de 2010

Director: Delmiro Carreira

GREVE



24 de Novembro

GERAL

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Sector Financeiro
NIF 508618029

Correio electrónico:
revista.febase@gmail.com

Director:
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Pereira Gomes – SBN
Viriato Baptista – SBSI

Conselho editorial:
Cristina Damião – SBSI
Firmino Marques – SBN
Sequeira Mendes – SBC
Patrícia Caixinha – STAS

Editor:
Rui Santos

Redacção e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Actualidade
Greve geral no dia 24 de Novembro **4**

DOSSIER | Actualidade
Febase assina **Acordo Tripartido** **6**

Perguntas & Respostas **9**

Bancários na Segurança Social: **o presente e o futuro** **10**

Conselho Sectorial da Febase aprova
integração dos **bancários na Segurança Social** **12**

SINDICAL | Actualidade
Comissão de Acompanhamento
analisa relatório do Banco de Portugal **14**

CONTRATAÇÃO | Banca
Febase repudia medidas do **Orçamento do Estado** **16**

CONTRATAÇÃO | Seguros
Principais indicadores do sector a ter em conta para 2011 **17**

TEMPOS LIVRES | Nacional
Bowling: ponta final de Briano Sousa garante-lhe **o título nacional** **18**

Karting: **João Faria** ganha em Baltar **18**

Pesca: Rui Prata é novo **campeão nacional de rio** **19**

Surfcasting: **Leonel Madrugo** vence campeonato **19**

Snooker: **título para** João Salgado **19**



20
| Bancários Centro



23
| STAS Actividade Seguradora



25
| Bancários Sul e Ilhas



28
| Bancários Norte



TEXTO: **PEREIRA GOMES**

Agir e reagir

Escrevo este texto num momento particularmente difícil para a vida dos trabalhadores, em particular, e do País, no geral.

Com efeito, o Orçamento do Estado para 2011 ataca direitos inalienáveis dos trabalhadores, quer no que diz respeito ao momento presente, quer, inclusivamente, hipotecando-os para o futuro.

Por isso reagiram – e bem – os Sindicatos portugueses. Efectivamente, não podem os legítimos representantes dos trabalhadores fazer uma política de avestruz, cruzar os braços e lavar as mãos como Pilatos.

É tempo de agir com firmeza contra os ataques consagrados no OE para o próximo ano. E, em consequência, de reagir, em todos os areópagos a que os Sindicatos tenham acesso – desde as manifestações de rua até à sensibilização dos trabalhadores e do conjunto dos cidadãos – a fim de que dúvidas não sobejem quanto à decisão de manifestarmos o nosso descontentamento face às agressões, sejam elas de cariz social, sejam de natureza financeira e económica, de que somos alvo.

Assim foi esse o resultado da avaliação que a nossa Central Sindical fez – muito criteriosamente, assinala-se – do balanço tão negativo, plasmado no Orçamento do nosso descontentamento, ao ter convocado uma greve geral que, estou certo, será bem demonstrativa da capacidade de mobilização que os trabalhadores portugueses têm de, no momento oportuno e quando as circunstâncias impõem, gritar a força da sua razão.

Muito se tem falado das consequências de tão acentuada penosidade que o OE 2011 impõe aos trabalhadores da

administração pública. Quero, também, daqui afirmar-lhes a minha solidariedade, não apenas porque os impactos negativos sobre o emprego naquele sector só muito dificilmente serão recuperáveis e recuperados, mas também porque nele militam fileiras incontáveis de trabalhadores bancários, no Banco de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos, no Banco Português de Negócios, no IFAP e no IRHU.

Com este Orçamento, as famílias portuguesas verão ainda mais reduzido o seu poder de compra, que tem vindo a declinar, em perigoso plano descendente, desde o advento da crise financeira. E, como sempre acontece nestas situações, as repercussões mais dolorosas fazem-se precisamente sentir nas famílias de mais baixos rendimentos, uma vez que este OE deixou perder a oportunidade de ouro que se lhe oferecia de enveredar pelos domínios da justiça social, deixando praticamente incólumes os rendimentos obscenos de uma minoria para quem a crise parece ter o mesmo significado de uma tempestade num deserto desabitado.

Por outro lado, os reformados e os pensionistas sofrem duro castigo, como se toda uma vida activa ao serviço das empresas, da família e do País não fosse merecedora de algo mais do que um significativo agravamento das suas já parcas possibilidades de sobrevivência, mercê de um cego congelamento das suas pensões e do agravamento da carga fiscal que sobre elas impende.

É – repito – tempo de agir e de reagir. Os trabalhadores e os seus representantes, os Sindicatos, saberão pontuar o seu descontentamento por uma resposta vigorosa. Aqui estamos para isso. ■

Greve geral no dia 24 de Novembro

Bancários têm **muitas razões para aderir** TEXTO: INÉS F. NETO

Os três Sindicatos dos Bancários da Febase entregaram já o pré-aviso de greve para 24 de Novembro. A redução de salários e o congelamento das carreiras nas Instituições com capitais públicos do sector estão entre as motivações para a paralisação, a par do aumento dos impostos, que afectará a generalidade dos trabalhadores. SBC, SBN e SBSI apelam à participação de todos os bancários, sindicalizados e não sindicalizados, efectivos ou precários

A fundamentação elencada pelos três Sindicatos dos Bancários da Febase no pré-aviso para a greve geral de 24 de Novembro é de duas ordens: geral e sectorial.

Assim, às razões comuns a todos os trabalhadores e que justificam a opção das duas Centrais Sindicais por esta forma de luta contra as medidas do Orçamento do Estado (OE/2011), SBSI, SBN e SBC acrescentam motivos próprios: os cortes nos salários e o congelamento das carreiras nos Bancos e institutos considerados no perímetro do Estado (à semelhança do que acontece aos funcionários públicos), a redução no subsídio de almoço, o fim da participação nos lucros e o incumprimento dos horários de trabalho.

"Os trabalhadores portugueses enfrentam hoje um insustentável nível de desemprego, de insegurança e precariedade, de redução da protecção social, e um forte agravamento das desigualdades sociais, com mais pobreza e exclusão", denuncia o pré-aviso da Febase, acrescentando:

"Depois das medidas gravosas do Programa de Estabilidade e Crescimento - PEC 2 -, o PEC 3, apresentado pelo Governo, é extremamente penalizador, aprofunda a ofensiva contra os trabalhadores dos sectores público e privado e a população em geral, e condiciona ainda mais o desenvolvimento económico e social do país."

Quebra do poder de compra

Entre os motivos comuns a todos os trabalhadores, os Sindicatos salientam

"a redução significativa das deduções com despesas da Saúde e Educação nos escalões do IRS, o aumento do IVA e a subida de escalão de muitos bens de primeira necessidade" que "levam a quebras generalizadas do poder de compra da esmagadora maioria dos portugueses e, como é óbvio, também dos bancários. São medidas que penalizam fortemente as famílias e as pessoas de mais baixos rendimentos".

Os Sindicatos da Febase consideram "perfeitamente inaceitável" medidas que contribuem para aumentar as desigualdades e "fazem sempre dos que vivem do seu trabalho e dos mais pobres os sacrificados pela crise".

É o caso, enumeram, da redução dos salários e do congelamento geral das pensões, mas também da redução do RSI, do abono de família e de outras medidas "que pouco têm a ver com a redução do défice e põem em causa o direito e a efectividade da negociação colectiva".

Sector bancário na esfera do Estado

Relativamente às razões sectoriais que justificam uma forte participação na greve geral, a Febase refere que no Sector Bancário as remunerações variáveis (prémios, comparticipação nos lucros e diversos complementos), ainda que não contratualizadas, têm vindo a assumir importância crescente "e os trabalhadores, que vivem o seu dia-a-dia a contar com essas remunerações, podem vir a ficar em dificuldades, se estas lhes vierem a ser retiradas de forma unilateral".

"Todas estas medidas e outras previstas no Orçamento do Estado, a concretizarem-se, penalizam nomeadamente um grande conjunto de bancários da CGD, do BP, do BPN, do IFAP, do ITP, do IHCP e do IHRU", diz o pré-aviso de greve enumerando a redução dos salários entre 3,5% e 10%; o congelamento das carreiras e das promoções por mérito e por antiguidade; a redução do subsídio de almoço para o valor praticado na função pública; o fim da comparticipação nos lucros e, ainda, em alguns casos, o aumento de 1% na contribuição para a CGA.

Trabalhadores do BPN duplamente penalizados

Os Sindicatos lembram que no sector há casos de trabalhadores que vão ficar em situação ainda mais difícil: "Dupla penalização sofrem os trabalhadores do Banco Português de Negócios, que este ano não viram os seus salários aumentados como os dos restantes trabalhadores bancários."

É que, apesar de o Banco ter mandado o Grupo Negociador para o representar em sede negocial, "Administração/Governo recusam-se, de forma prepotente, a actualizar os valores acordados, como se os trabalhadores fossem os culpados da situação a que o Banco chegou".

Numa altura em que os trabalhadores daquelas Instituições vão ver os seus vencimentos reduzidos por força do disposto no Orçamento de Estado, "não podemos deixar de nos solidarizar com estes nossos colegas", frisa o pré-aviso para a greve geral.

Participação de todos

Por fim, os Sindicatos evocam ainda o incumprimento dos horários de trabalho e o "escândalo" da realização de horas extraordinárias "sem que os bancários recebam um tostão", considerando tratar-se de "mais uma forte razão para mostrarmos a nossa indignação no dia 24 de Novembro".

"Nenhum trabalhador pode ficar indiferente a esta greve, pois do seu êxito pode depender o futuro das negociações que se avizinham em todo o Sector Bancário", alertam.

Face a todas aquelas razões, os Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas decidiram aderir à greve geral do próximo dia 24, convocada conjuntamente pelas Centrais Sindicais, UGT e CGTP-IN.

O documento termina com um apelo a todos os trabalhadores bancários, "sindicalizados e não sindicalizados, efectivos ou precários, para que se juntem lutando pela mudança das políticas gravosas do Governo, pelo trabalho digno, contra o desemprego e a precariedade, pela defesa da negociação colectiva e pela justiça social". ■

ASSIM NÃO!

Mais Desemprego
Menos Salários
Congelamento de Pensões
Mais Pobreza
Mais Precariedade
Menos Estado Social
Mais IRS e IVA e menos IRC
Mais Injustiça

UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES
UGT

PORTUGAL

GREVE GERAL

24
NOVEMBRO

Em representação do SBN e do SBC

Febase assina Acordo Tripartido

TEXTO: INÊS F. NETO

A Federação do Sector Financeiro (Febase), o Governo e a Associação Portuguesa de Bancos (APB) assinaram dia 20, no Ministério do Trabalho, o Acordo Tripartido sobre a integração dos bancários no activo, inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009, no regime geral da Segurança Social

"Um bom acordo". Foi com esta convicção expressa por todas as partes que Federação Sindical, Banca e Estado celebraram o segundo acordo sobre a integração dos bancários na Segurança Social. Depois de em finais de 2008 ser encontrado o entendimento necessário para dar forma ao diploma de 2009, que estabelece a entrada automática dos novos bancários no regime de protecção pública, foi agora dado o segundo passo, que possibilitará, futuramente, a integração dos bancários no activo, inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009, no regime geral da Segurança Social.

A assinatura do Acordo Tripartido decorreu dia 20 de Outubro, no Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Na mesa, a ministra Helena André esteve ladeada, à direita, pelos representantes da Associação Portuguesa de Bancos (APB), António de Sousa (presidente) e João Mendes Rodrigues (secretário-geral); e, à esquerda, pelos representantes da Febase: Carlos Silva (secretário-geral), Mário Mourão, Delmiro Carreira e Aníbal Ribeiro (vice-secretários-gerais), e Paulo Alexandre, Domingos Guimarães e Vitorino Ribeiro (secretários).

A Febase celebrou o Acordo em representação dos Sindicatos dos Bancários do Norte (SBN) e do Centro (SBC). De fora ficou o SBSI, cujo Conselho Geral, na sessão de dia 13, o rejeitou.



Carlos Silva, secretário-geral da Febase, assina o Acordo Tripartido

Entre os convidados contavam-se, por parte dos Sindicatos, entre outros, João Proença, secretário-geral da UGT, e Rui Riso, presidente do Conselho de Gerência dos SAMS. Por parte dos empregadores, estiveram presentes administradores e responsáveis pelo DRH de várias Instituições de Crédito.

Por fim, a ministra Helena André contou com a presença, nomeadamente, dos seus secretários de Estado do Emprego, Valter Lemos, e da Segurança Social, Pedro Marques, considerado por todos como o grande obreiro deste Acordo.

O Acordo Tripartido, recorde-se, contempla apenas o pagamento pela Segurança Social da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção) e de parte das pensões de reforma, mantendo os Fundos de Pen-

sões as responsabilidades pela parte restante das pensões de reforma e pela invalidez e morte (ou seja, subsídios por morte e pensões de sobrevivência), enquanto os Bancos, através das rubricas referentes a despesas com pessoal, continuam a assegurar a doença (pagamento dos dias de baixa).

Carlos Silva:
"Sem diminuição de salários"

O secretário-geral da Febase foi o primeiro a usar da palavra em nome dos representantes sindicais. Tendo destacado que há mais de seis décadas que os bancários aguardavam pelo desfecho agora alcançado, Carlos Silva recordou a oportunidade perdida em 1986, quando os associados do SBN e

do SBSI rejeitaram a solução então proposta.

"É preciso saber aproveitar as janelas de oportunidade", frisou o dirigente sindical, acrescentando: "Estamos profundamente convictos de que este é um bom acordo para os empregados bancários."

Carlos Silva salientou o facto de o Acordo Tripartido ter sido "negociado de boa-fé" e discutido até APB, Sindicatos e Governo estarem de acordo. "Gostávamos de ter ido mais além, mas certamente os outros também."

"Pressuposto fundamental para nós era que o Acordo não significasse a diminuição dos salários dos bancários – e isso está garantido", disse ainda.

O também dirigente do SBC referiu outro compromisso alcançado com o Acordo: a criação de um grupo de tra-

balho para futuramente analisar e discutir a questão dos Fundos de Pensões. Um passo considerado muito importante pelos Sindicatos, que nesta matéria actualmente apenas têm assento nas comissões de acompanhamento dos Fundos de Pensões, cujo poder é limitado.

Apesar do momento de conflitualidade social que o País atravessa, com uma greve geral convocada pelas duas Centrais Sindicais, "é possível obter acordos à mesa negocial", frisou Carlos Silva, acrescentando: "A Febase e os seus Sindicatos são filiados na UGT, cuja matriz privilegia a negociação e os acordos."

Depois de se congratular pela posição da Banca e do Governo ao longo do processo, Carlos Silva fez questão de passar a palavra a Delmiro Carreira, que coordenou a equipa da Febase e que, segundo disse, é "quem tem mais experiência no mundo sindical".

Delmiro Carreira:
"Acordo nada tem a ver com os SAMS"

"Há muitos anos que lido com esta questão, e é com muito prazer que estou aqui hoje em nome dos Sindicatos que mandataram a Febase. Lamento que no meu Sindicato a nossa posição não tenha vingado... às vezes é mau ter razão antes de tempo, aqueles que rejeitaram este Acordo não perceberam o que estava em causa", disse Delmiro Carreira, lembrando que o Conselho Sectorial da Banca da Febase autorizou a Federação a assinar o Acordo.

Ao intervir enquanto representante da Febase, aproveitou para mais uma vez tentar desfazer a confusão instalada no que diz respeito aos SAMS, sublinhando que no âmbito do Acordo Tripartido se inserem exclusivamente questões relacionadas com a Segurança Social.

"As matérias constantes deste Acordo Tripartido nada têm a ver com os SAMS, nem cabe sequer ao Governo discuti-lo. Os SAMS são fruto da vontade das partes", afirmou Delmiro Carreira. Ou seja, os SAMS são absolutamente independentes da Segurança Social e em nada se confundem ou o seu âmbito se mistura.

A confusão sobre o alcance do Acordo "não ajudou ao esclarecimento desta questão", considerou, lembrando que em causa estão apenas as pensões de reforma e as questões da parentalidade. "As eventualidades de doença, morte e invalidez

continuam a ser cobertas pelo regime substitutivo dos IRCT."

Mas a confusão foi mais além, quando "alguém muito importante da Banca falou da integração dos Fundos de Pensões", criticou.

"Acredito que fizemos um bom acordo. Sendo um acordo político, permite ao Governo legislar – pois é a quem cabe propor a questão à Assembleia da República", disse ainda Delmiro Carreira, deixando claro que a decisão não é dos Sindicatos. "Não assinamos a integração dos bancários na Segurança Social, mas sim um Acordo Tripartido, que além do que aqui se já disse há-de prever formas de regulação de algumas matérias do regime substitutivo." ▶

O que diz o Orçamento

É este o teor do Artigo do Orçamento do Estado para 2011 que refere a integração dos bancários no activo inscritos na CAFEB no regime geral da Segurança Social:

Artigo 67.º
Aditamento à Lei n.º 110/2009,
de 16 de Setembro

1 - É aditado à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, o Artigo 3.º-A, com a seguinte redacção:

"Artigo 3.º-A

Trabalhadores bancários a integrar no regime geral da Segurança Social

1 - Os trabalhadores bancários no activo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários e abrangidos por regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário são integrados no regime geral da Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem para efeitos de protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adopção e na velhice.

2 - Os trabalhadores referidos no número anterior mantêm a protecção do regime de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem nas eventualidades de doença profissional e desemprego.

3 - A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% ao trabalhador, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 - No caso de entidades sem fins lucrativos a taxa contributiva é de 25,4%, cabendo 22,4% à entidade empregadora e 3% ao trabalhador".

TEXTO: INÉS F. NETO



Os representantes da Febase, a Ministra e o Presidente da APB na cerimónia da assinatura do Acordo

Helena André: "Vitória da concertação social"

A ministra do Trabalho e da Segurança Social não escondeu a sua satisfação com a celebração do Acordo Tripartido e deixou-o claro: "Estarmos todos reunidos aqui hoje é claramente uma vitória da concertação e da capacidade de negociação entre trabalhadores e empregadores, neste caso também com a presença do Estado, através do Ministério do Trabalho e da Segurança Social."

Helena André salientou o empenho de todas as partes para que fosse encontrado um denominador comum de forma a salvaguardar o interesse principal: a integração dos bancários no regime geral da Segurança Social.

Referindo a capacidade de negociação que esteve na génese da CAEB em 1944, a ministra salientou que, no entanto, o que distingue o processo dos trabalhadores do sector financeiro "é a longa via para chegarmos a uma convergência com o regime geral".

O primeiro passo, frisou a governante, foi o primeiro Acordo Tripartido, que esteve na base do Decreto-Lei de 3 de Março de 2009 e ao abrigo do qual os novos trabalhadores são inscritos no regime geral da Segurança Social. O segundo Acordo integra os trabalhadores no activo admitidos antes dessa data.

O processo, "que durou décadas e que ainda não está acabado", partilha ainda de algumas responsabilidades,

passando para o regime geral as questões da parentalidade e da velhice.

"Uma preocupação de todos era que a taxa contributiva actual e futura não provocasse alterações nos salários", lembrou Helena André, considerando "importante" que esse objectivo tenha sido alcançado.

Este Acordo Tripartido é importante também para a Segurança Social porque, nas palavras da ministra, "permite cumprir a Lei de Bases e permite dar um sinal de confiança aos trabalhadores, empregadores e cidadãos na sustentabilidade do sistema", um "sistema sólido, moderno e capaz de garantir a todos melhores níveis de protecção social".

Helena André terminou afirmando que os princípios deste Acordo vão ser inscritos no Orçamento do Estado. E deixou a promessa de continuar a trabalhar sobre o Decreto-Lei que definirá os pormenores técnicos, pelo que "a discussão continuará com Sindicatos e empregadores".

António de Sousa: "Marco da integração dos empregados bancários"

O presidente da APB, por sua vez, frisou o facto de as partes se encontrarem para assinar o segundo Acordo Tripartido "apenas ano e meio depois do primeiro passo na integração dos bancários na Segurança Social".

António de Sousa realçou dois aspectos: o processo e a importância do

Acordo. Relativamente ao primeiro, o representante da Banca frisou que apesar de se tratar de uma matéria complexa, que há décadas se discute, "em poucos meses foi possível chegar a qualquer coisa em que todos nos podemos rever sem problemas".

"Este Acordo é muito importante para a Banca e para os seus colaboradores", adiantou António de Sousa, sublinhando a sua oportunidade, nomeadamente "face às novas regras de supervisão bancária, em discussão em Basileia e na União Europeia". Além de matérias como rácios, gestão, solvibilidade, etc., "Portugal tinha sempre a questão dos Fundos de Pensões."

"Em todos estes problemas, que envolvem uma miríade de aspectos específicos, uma questão nos singularizava: Segurança Social e Fundos de Pensões, o que levantava sempre questões particulares quando se analisava o caso português", referiu o presidente da APB, especificando que a questão "continua, mas de forma mais moderada".

Depois do primeiro Acordo e com este processo de transição dos empregados no activo, isso é "algo que está contido, sabe-se com que se conta." E esse é um aspecto muito importante, "porque a Banca tem de fazer um esforço considerável de aumento de capitais próprios num momento complicado", explicou António de Sousa, concluindo: "Este acordo é um marco em termos de integração dos empregados bancários na Segurança Social." ■

Perguntas & Respostas

Respostas às dúvidas mais frequentes sobre as implicações para os bancários do segundo Acordo Tripartido

P - Como se efectua a integração no regime geral da Segurança Social (RGSS)?

R - A integração dos bancários na Segurança Social faz-se por diploma legislativo, não necessitando do acordo dos Sindicatos.

P - Qual foi o papel dos Sindicatos neste processo?

R - Os Sindicatos, sabendo da pretensão governamental propuseram a celebração de um acordo tripartido (Governo, Bancos e Sindicatos), no qual ficassem salvaguardados os direitos adquiridos nesta matéria, nomeadamente a nível das pensões de reforma e descontos.

P - Que bancários são abrangidos pelo Acordo?

R - O Acordo Tripartido contempla a integração no regime geral da Segurança Social (RGSS) de cerca de 40 mil bancários no activo, inscritos na CAEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009.

P - Há bancários que não são abrangidos pelo Acordo?

R - Há. O acordo exclui do seu âmbito os actuais reformados e os trabalhadores que já estavam integrados no RGSS. Para estes dois grupos, a situação mantém-se como até aqui, continuando a ser-lhes aplicadas as disposições constantes do respectivo IRCT.

P - Com a integração na Segurança Social os SAMS acabam?

R - Não. A integração na Segurança Social não põe em causa os SAMS, que são absolutamente independentes da Segurança Social e em nada se confundem, continuando a prestar os mesmos serviços que prestam actualmente.

P - De que resultam os SAMS?

R - Os SAMS são um subsistema de saúde resultante das convenções colectivas de trabalho e complementam o apoio atribuído pelo SNS. Todos os cidadãos, sem excepção, têm direito ao SNS, porque este é totalmente financiado

do pelo Orçamento do Estado – ou seja, ninguém tem de fazer contribuições directas para aceder aos organismos públicos de saúde (hospitais ou centros de saúde). Exceptuam-se as taxas moderadoras.

P - Um bancário que vá receber a pensão de reforma pela Segurança Social fica prejudicado em relação ao que receberia antes deste acordo?

R - Não. O Acordo assinado reafirma que nenhum bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas.

P - As convenções colectivas continuam a vigorar como até aqui?

R - Sim. Todos os Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT) mantêm-se em vigor, garantindo o seu carácter complementar nestas matérias.

P - O que vai acontecer aos Fundos de Pensões?

R - Os Fundos de Pensões continuam a assegurar o financiamento dos planos de pensões existentes em cada Banco e não serão transferidos para a Segurança Social.

P - Como passam a ser calculadas as pensões de reforma dos bancários agora integrados no regime geral da Segurança Social?

R - As pensões de reforma dos bancários que são agora integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo também lugar a uma pensão do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime, decorrente do tempo de serviço na Banca.

P - Quais passam a ser os encargos dos bancos?

R - Os bancos, através das rubricas referentes a despesas com pessoal, continuam a assegurar a doença (pagamento dos dias de baixa).

P - E os encargos dos Fundos de Pensões face aos bancários que vão ser integrados no RGSS?

R - Os Fundos de Pensões mantêm as responsabilidades pela parte restante das pensões de reforma e pela invalidez e morte (ou seja, subsídios por morte e pensões de sobrevivência).

P - Os descontos dos bancários vão aumentar?

R - Não. Segundo o que foi acordado, a partir de Janeiro os bancários mantêm o actual desconto de 3%, mas este em vez de ser entregue à CAEB transita directamente para o regime geral da Segurança Social.

P - E os descontos dos Bancos?

R - Os descontos sobre o salário bruto efectuados pelos Bancos enquanto entidades patronais passam dos actuais 11% para 23,61%. Estes descontos são inferiores aos das restantes empresas (23,75%) porque os Bancos mantêm as responsabilidades com as eventualidades de doença, invalidez e morte.

P - Os descontos de ambas as partes cobrem os encargos dos bancários que passam para o regime geral?

R - Sim. A nova taxa contributiva das entidades patronais (23,61%) e dos trabalhadores (3%) cobrem os encargos correspondentes à taxa contributiva desagregada, fixada no Código Contributivo, para as eventualidades a suportar pelo regime geral da Segurança Social (parentalidade, velhice, desemprego e doenças profissionais).

P - Quem fez descontos para o RGSS antes de entrar para o sector pode agora beneficiar deles?

R - Sim. Qualquer desconto que um bancário tenha feito anteriormente para a Segurança Social (não tendo atingido o mínimo de 15 anos de contribuições) passa a ser tido em conta para o cálculo da pensão de reforma, revertendo o valor correspondente para o trabalhador. Até ao Acordo Tripartido isso não era possível. ■

Bancários na Segurança Social: o presente e o futuro

Texto: INÊS F. NETO

Finalmente e depois de muitas décadas de pressão, foi possível aos Sindicatos verticais atingir parte do seu objectivo – a integração de todos os bancários no activo na Segurança Social – impondo as suas condições, ou seja, garantindo os direitos adquiridos no sector (previstos no ACT) e sem diminuição da retribuição. As contribuições e responsabilidades dos Fundos de Pensões mantêm-se inalteráveis e continuam a efectuar-se como até aqui: têm de assegurar as pensões previstas nos IRCT vigentes no sector, ainda que uma parte das mesmas seja paga pela Segurança Social, dado que os inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) passam a ser beneficiários do regime geral da Segurança Social (RGSS), nas eventualidades de velhice e parentalidade

A Bancários já na reforma

O Acordo não altera em nada a situação em vigor.

1 - Inscritos no RGSS:

- Quando a pensão do RGSS (resultante do tempo de serviço prestado na Banca) for superior à do IRCT, o reformado recebe a totalidade da mesma;
- caso a pensão resultante dos cálculos da SS seja superior à do IRCT, o reformado recebe a diferença.

2 - Inscritos na CAFEB:

- A pensão é igual ao montante previsto no IRCT e é paga pelo Banco, através do Fundo de Pensões.



B Trabalhadores no activo inscritos no RGSS

1 - Admitidos antes de 1995

O Acordo não altera em nada a situação em vigor.

Os trabalhadores descontam:

- 11% para o RGSS;

Os Bancos descontam:

- 23,75% para o RGSS (como todas as entidades patronais do país);
- por imposição do ACT, na cl.ª 92-5, ou cláusulas equivalentes dos IRCT aplicáveis, a entidade patronal compensa (através da majoração dos salários) a diferença entre os 11% descontados pelos trabalhadores e os 3% que descontariam caso estivessem inscritos na CAFEB.

Os direitos dos trabalhadores:

- pagamento das baixas por doença pelo Banco, de acordo com o IRCT, recebendo a entidade patronal o subsídio de baixa atribuído pelo RGSS;
- pagamento pelo RGSS dos subsídios de parentalidade;
- subsídio de desemprego atribuído pelo RGSS;
- pensão de reforma nos termos do IRCT, caso seja mais favorável que a do

RGSS, recebendo a entidade patronal a pensão do RGSS correspondente ao trabalho prestado na Banca;

- se o bancário foi reformado ao abrigo das regras do RGSS (65 anos ou por invalidez), tem direito a uma pensão do RGSS calculada com base nos descontos efectuados (e estes incidem sobre tudo aquilo que o trabalhador ganha);
- se foi reformado, por acordo com a entidade patronal, antes de ter direito à pensão do RGSS, a reforma é paga pelos Bancos (através do Fundo de Pensões) e o montante corresponde ao previsto no IRCT.

2 - Admitidos depois de 1995

O Acordo não altera em nada a situação em vigor.

A situação é igual à do número anterior, com excepção do desconto de 5% para o Fundo de Pensões, que é aplicável a estes trabalhadores e que se mantém.

3 - Admitidos depois de 2 de Março de 2009

O Acordo não altera em nada a situação em vigor.

Os trabalhadores descontam:

- 11% para o RGSS;
- 1,5% para o Plano Complementar de Pensões.

Os Bancos descontam:

- 23,75% para o RGSS (como todas as entidades patronais do país);
- 1,5% para o Plano Complementar de Pensões.

Os direitos dos trabalhadores:

- todas as prestações sociais, que são pagas pelo RGSS;
- pensão de reforma ao abrigo das regras do RGSS (65 anos ou por invalidez), calculada com base nos descontos efectuados (e estes incidem sobre tudo aquilo que o trabalhador ganha);
- complemento de reforma (Plano Complementar de Reforma, cl.ª 156-b do ACT), que corresponde à retribuição dos montantes depositados no Fundo de Pensões que o trabalhador escolheu para aplicar as contribuições.

C Trabalhadores no activo inscritos na CAFEB

1 - Admitidos antes de 1995

No presente

Os trabalhadores descontam:

- 3% para a CAFEB;

Os Bancos descontam:

- 11% para a CAFEB.

Os direitos dos trabalhadores:

- prestações sociais a cargo da CAFEB: subsídio de desemprego, abono de família e doenças profissionais;
- prestações a cargo do Banco: subsídio de doença, subsídio por morte, parentalidade e pensão de sobrevivência;
- pensão de reforma, que é paga pelo Banco (através do Fundo de Pensões) e cujo montante corresponde ao previsto no ACT.

Situação que resulta do novo Acordo:

Os descontos:

- o trabalhador continua a descontar 3%, mas em vez de ser para a CAFEB é para o RGSS;
- o Banco deixa de descontar 11% para a CAFEB e passa a descontar 23,61% para o RGSS.

Os direitos dos trabalhadores:

- subsídio de parentalidade, pago pelo RGSS;
- pensão de reforma paga pelo RGSS, calculada com base nos descontos efectuados enquanto trabalhador bancário; se esta pensão for inferior à prevista no ACT, o Banco paga a diferença (através do Fundo de Pensões);
- se o trabalhador desempenhou outra profissão antes de entrar para o Banco e descontou para o RGSS, tem direito a uma pensão de reforma (que acresce à do ACT), proporcional aos descontos efectuados, mesmo que não tenha preenchido o prazo de garantia exigido (mínimo de 15 anos);
- subsídio de doença, pensões de invalidez e de sobrevivência, pagos pelo Banco.

2 - Admitidos depois de 1995

A situação é igual à do número anterior, com excepção do desconto de 5% para o Fundo de Pensões, que é aplicável a estes trabalhadores e que se mantém.

Veja qual é o seu caso

A Bancários já na reforma

B Trabalhadores no activo inscritos no RGSS

C Trabalhadores no activo inscritos na CAFEB

Para tornar mais fácil a compreensão das alterações que o Acordo Tripartido implica, a "Revista Febase" traça vários cenários, tendo por base as diferentes situações dos bancários no activo ou reformados

Conselho Sectorial da Febase aprova integração dos bancários na Segurança Social

O Conselho Sectorial da actividade bancária da Febase, reunido no Porto em 15 de Outubro, aprovou, por 54 votos a favor, 12 contra e 6 abstenções, uma proposta do Secretariado, para que lhe seja conferida autorização para proceder à outorga do Acordo Tripartido que aprova a integração dos bancários na Segurança Social

Texto: FRANCISCO OLIVEIRA

No acto de assinatura, a Febase esteve representada pelos Sindicatos do Centro e do Norte, uma vez que o SBSI enviou àquele órgão a seguinte informação: "O Conselho Geral do SBSI rejeitou a proposta da Direcção, de mandar os órgãos da Febase para subcreverem o acordo de princípio tripartido, relativo à integração dos bancários no activo inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009, no regime geral da Segurança Social. Face a esta decisão, o referido acordo não poderá ser subscrito em representação do SBSI". A reportagem

do Conselho Geral do SBSI foi já publicada em "O Bancário".

Os ânimos agitaram-se e a conselheira Teresa Rosa, do SBSI, requereu que a votação fosse nominal, fazendo assim crescer exponencialmente a responsabilidade dos conselheiros, ao serem submetidos a um escrutínio pessoal e público, que a acta haveria de registar para todo o sempre. De imediato, o Secretário-geral da Febase, Carlos Silva, exortou os conselheiros a aceitarem o repto, o que aconteceu por esmagadora maioria, tendo assim proporcionado a expressiva marca de 75% de sufrágios a favor, 16% contra e 8,3% de abstenções dos votos expressos com que seria aprovada a proposta em apreço.

Este segundo Acordo Tripartido sobre Segurança Social no sector bancário estabelece que aos trabalhadores admitidos antes de 3 de Março de 2009, inscritos na CAFEB, é obrigatoriamente aplicável o regime geral, nas situações de parentalidade e velhice, para além daquelas já cobertas pelos regimes públicos, sem prejuízo dos eventuais direitos já adquiridos.

Aqueles trabalhadores bancários continuam a estar abrangidos pelos instrumentos de regulamentação colectiva aplicáveis nas eventualidades de doença, invalidez, morte e sobrevivência.

Sublinhe-se que as regras destes instrumentos, aplicáveis para as eventualidades a integrar no regime geral da Segurança Social, passarão a ter carácter complementar naquelas matérias.

Aos trabalhadores admitidos antes de 3 de Março de 2009 e inscritos na CAFEB, continuam a ser aplicadas todas as disposições constantes do acordo colectivo do sector bancário ou de qualquer outro instrumento aplicável.

As partes acordaram em constituir um grupo de trabalho tripartido, no sentido de acompanhar o processo decorrente do Acordo e dos seus fundamentos, enquan-

to o Governo legislará, até 31 de Dezembro, em conformidade com o acordado.

Por outro lado, os instrumentos aplicáveis, outorgados pelos Sindicatos - parte do Acordo Tripartido - e pelas entidades representadas pela Associação Portuguesa de Bancos serão, quando necessário, alterados em conformidade com o estabelecido, sob condição de entrada em vigor daquela legislação.

Recorde-se que, em 17 de Novembro de 2008, foi acordado, entre as partes referidas, um outro Acordo Tripartido, estipulando que "aos trabalhadores a admitir no sector bancário a partir da data da entrada em vigor de diploma legal será obrigatoriamente aplicável o regime geral da Segurança Social", o que veio a concretizar-se com a publicação do Decreto-Lei 54/2009, de 2 de Março de 2009, que entrou em vigor no dia seguinte.

Aquele Acordo possibilitou que, em relação aos referidos trabalhadores, fosse cumprido o disposto no Artigo 102.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovadas pela Lei 4/2007, de 16 de Janeiro de 2007, relativo à concretização da integração no sistema previdencial dos grupos socioeconómicos parcialmente abrangidos pelo sistema de Segurança Social.

O segundo Acordo salienta que, "na senda da harmonização do sistema de protecção social, importa aprofundar este esforço dentro do sector, através da integração no regime geral da Segurança Social dos trabalhadores admitidos antes de 3 de Março de 2009 e abrangidos pela Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários".

Assim, para ultrapassar a dificuldade em encontrar um consenso, no sentido de uma integração total e plena no regime geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários abrangidos pela CAFEB, foi encontrada uma solução de compromisso que garantisse que a taxa contributiva futura a cargo dos trabalhadores seja igual aos 3% actualmente em vigor.

Por último, acentue-se que o regime substitutivo aplicável no sector continuará assim a desempenhar um papel extremamente relevante na protecção social dos bancários, uma vez que estes regimes, nos termos da Lei, têm beneficiado do acompanhamento dos beneficiários, designadamente no que diz respeito aos Fundos de Pensões que os suportam. ■

Conselho Geral elege nova Mesa

Antes do Conselho Sectorial da actividade bancária da Febase reuniu-se o Conselho Geral, que elegeu a nova Mesa, que ficou assim constituída: Mário Duarte Mendes Figueira, do SBC, (na foto)



Presidente; Alfredo Manuel Vieira Correia (SBN), José Alfredo Val-Figueira (STAS), Tomás Fernando da Silva Brás (SISEP) e Manuel Joaquim Frasilho Camacho (SBSI), Secretários.

Apenas se apresentou a sufrágio uma lista, proposta pelo Secretariado, por unanimidade, e que viria a merecer largo consenso dos Conselheiros, expresso no resultado da votação, com 62 votos a favor, tendo-se registado um branco e sete nulos.

Esta eleição, que sucede numa altura em que o cargo de Secretário Geral da Febase é desempenhado pelo Presidente da Direcção do SBC, Carlos Silva, não pode deixar de ser considerado um reforço do prestígio e do empenhamento daquele Sindicato na vida e na evolução da Federação dos Sindicatos do sector financeiro.

CONCURSO FOTO STAS SBSI 2010

FOTOGRAFIAS APURADAS NO MÊS DE SETEMBRO

TEMA LIVRE - STAS



Neblina
João Sales



Marca Passageira
João Sales



Ainda Férias
Luís Silva

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - STAS



Restaurar Lisboa
João Sales



Luta pela Vida
José Sollari Allegro



Caminho para o Céu
Alfredo Coelho

TEMA LIVRE - SBSI



Via Láctea
Jorge Conceição



A Espera da Vida
Cristina Mestre



A Luta pela Sobrevivência
José Garcia

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - SBSI



Jardim à Portuguesa
Armando Isaac



Olhares em Agonia
João Amaro



Chegada
Cristina Mestre

Veja toda a informação em : www.foto-stas-sbsi.blogspot.com



Fundo de Pensões

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Banco de Portugal

TEXTO: INÉS F. NETO

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal apresentava, no final de Dezembro de 2009, um nível de financiamento de 99,3%. A rentabilidade da carteira melhorou relativamente aos resultados obtidos um ano antes e a relação entre activos financeiros de cobertura e responsabilidades actuariais é adequada



A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Banco de Portugal (BdP) reuniu-se em 30 de Setembro, tendo por objectivo a análise do Relatório Actuarial de 2009 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão fazem parte e estiveram presentes, em representação dos Sindicatos da Febase, Delmiro Carreira e Mário Mourão. "Dado que o valor do Fundo de Pensões é de 1.262.326.043 euros, verifica-se um nível de financiamento de 99,32% face ao montante indicado de 1.270.946.154 euros de responsabilidades. No cenário mínimo de solvência

do ISP, o nível de solvência sobe para 115,9%", refere a análise dos consultores dos Sindicatos, pertencentes ao Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/ Universidade Técnica de Lisboa). E conclui: "Verifica-se assim cumprido o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP." Os consultores salientam que "o montante apresentado de responsabilida-

des corresponde à soma das responsabilidades com serviços passados de activos, no valor de 547.721.196 euros, e com as responsabilidades com os pensionistas, de 723.224.958 euros. Estes montantes incluem os valores apurados com encargos com os SAMS e subsídio por morte, que totalizam 89.837.987 euros". Nesse sentido, e como o documento chama a atenção, "o financiamento tem sido assegurado pelo Associado, tendo as contribuições efectuadas em 2009 totalizado 40 milhões de euros". Também foi feita uma contribuição extraordinária no valor de 25.766.498 euros para cobrir as responsabilidades passadas, que estavam por financiar. Referindo que houve uma revisão da taxa de desconto utilizada para calcular as responsabilidades - alterada de 4,8% em 2008 para 5,2% em 2009 -, os consultores da Febase frisam que "a rentabilidade da carteira melhorou bastante em relação aos resultados obtidos no ano anterior", tendo atingido os 9,4%, também superior à taxa técnica usada para avaliar as responsabilidades com os serviços passados.

Benefícios garantidos

Refira-se que o Banco de Portugal constitui o único Associado deste Fundo de Pensões, que é de benefício

definido. O Plano de Pensões tem sete programas de benefícios. Os dados da população revelam uma responsabilidade constituída por 1.659 activos e 2.275 pensionistas. Relativamente a 2008, verifica-se um aumento de 32 reformados e uma diminuição de 29 activos.

Recorde-se que os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões do Banco de Portugal são as reformas por invalidez presumível, por invalidez e por sobrevivência, além do subsídio por morte e dos encargos com os SAMS.

Adequação dos activos às responsabilidades

"A política de investimentos pode ser considerada prudente, tendo em conta o peso das obrigações na composição da carteira", consideram os consultores da Febase, referindo que existe "uma elevada maturidade da população, uma vez que o peso das responsabilidades com os pensionistas é de 57% relativamente ao total das responsabilidades e a idade média dos activos é de 53 anos".

Responsabilidades do Fundo

Unidade: euros

	Responsabilidades	%
Activos	547.721.196	43,0
Pensionistas	723.224.958	57,0
Total	1.270.946.154	100,0

Composição da carteira de títulos

Classes de Activos	2008	2009
Obrigações:	84,00%	79,80%
- Indexadas à inflação	79,00%	71,60%
- Não indexadas	5,00%	8,20%
Acções	1,00%	6,60%
Imobiliário	15,00%	13,60%
Total	100,0%	100,0%

O relatório actuarial refere que a política de investimentos contempla procedimentos e práticas que visam a adequação dos activos financeiros às responsabilidades. Nesse sentido, é adoptado um Benchmark estratégico, definido de acordo com o perfil de risco do Associado. São estimadas as medi-

das de VAR Activo-Passivo e efectuado o Stress test. "Tendo em conta o Benchmark da carteira, somos de parecer que se verifica uma adequada relação entre activos financeiros de cobertura e responsabilidades actuariais do Fundo de Pensões", conclui o documento. ■

Pensionistas				
	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)	Total pensões anuais (€)
Velhice	1.594	69	22.555	39.539.768
Invalidez	178	65	15.662	2.928.257
Viuvez	503	62	10.455	6.422.666
Total	2.275	67	19.340	48.890.691

Activos					
	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)	Massa salarial anual (€)
Idades < 65 anos	1.632	53,00	28,70	27.282,00	61.129.706,00
Idades >= 65 anos	27	65,00	39,60	36.457,00	1.436.055,00
Participantes c/ direitos adquiridos	—	—	—	—	—
Total	1.659	53,20	28,88	27.431,32	62.565.761,00

É UMA EMPRESA LÍDER, QUE DESENVOLVE A SUA ACTIVIDADE NAS ÁREAS DA PUBLICIDADE, MARKETING E COMUNICAÇÃO. ESPECIALIZADA EM BRINDES PUBLICITÁRIOS E MERCHANDISING, DESDE 2001.

- T-SHIRTS
- BONÉS
- PORTA-CHAVES
- TROFÉUS
- PINS
- MEDALHAS
- GALHARDETES
- TELAS
- ROLL UP'S
- ESFEROGRÁFICAS...

Mais de 20.000 artigos

SOLICITE OS NOSSOS CATÁLOGOS

21 493 5817

info@effect.com.pt | www.effect.com.pt

Um parceiro da S&S

Considerado um ataque à negociação colectiva

Febase repudia medidas do Orçamento do Estado

A Federação do Sector Financeiro (Febase) considera as propostas contidas no Orçamento do Estado (OE) para 2011 muito gravosas, designadamente as que se destinam a ser aplicadas ao sector empresarial do Estado e aos institutos públicos – onde se inclui a CGD, o Banco de Portugal, o BPN, o IFAP e o Instituto Nacional de Crédito à Habitação – e promete lutar contra a sua concretização

Para a Febase, se as medidas previstas no OE avançarem está criada uma situação muito gravosa para os trabalhadores. O alerta é lançado em comunicado dirigido aos trabalhadores da banca pública e dos institutos tutelados pelo Estado, nomeadamente da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e Banco de Portugal (BdP).

No comunicado, os três Sindicatos verticais do sector bancário fundadores da Febase recordam que têm mantido "uma postura de serenidade" perante a proliferação de informações especulativas sobre as medidas que o Orçamento do Estado para 2011 contém para aplicação aos trabalhadores. "Foi sempre nossa intenção pronunciar-nos apenas quando tivéssemos conhecimento das propostas do Governo", sublinham.

Os comunicados terminam apelando à participação de todos os bancários na greve geral de 24 de Novembro, em defesa dos direitos contratuais e pelo não esvaziamento da negociação colectiva

Os Sindicatos denunciam a "gravidade das intenções do Governo contidas na proposta do OE/2011, designadamente as que se destinam a ser aplicadas ao sector empresarial do Estado"

Mas efectuada a análise do documento, os Sindicatos denunciam a "gravidade das intenções do Governo contidas na proposta do OE/2011, designadamente as que se destinam a ser aplicadas nas entidades consideradas no perímetro do Estado". "Daí que afirmemos, sem qualquer dúvida, que a situação que se avizinha é mesmo muito gravosa para os trabalhadores", alertam.

Em causa estão os trabalhadores da CGD, do BdP, do Banco Português de Negócios (BPN), do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) e o Instituto Nacional de Crédito à Habitação (INCH).

Cortes salariais

Se as medidas previstas no OE se concretizarem, os Sindicatos prevêem "dias muito difíceis", considerando que "devem merecer um total e inequívoco repúdio por parte dos trabalhadores abrangidos e dos seus Sindicatos, por porem em causa o livre direito à negociação colectiva e a todas as matérias acordadas à mesa das negociações" entre os Sindicatos do sector e as respectivas Administrações.

Além das medidas previstas no OE que serão aplicadas a todos os trabalhadores (através dos impostos) e terão reflexos no poder de compra, a Febase destaca ainda outras propostas.

É o caso, nomeadamente, da redução dos salários entre 3,5% e 10%; do congelamento das carreiras e das promoções por mérito e antiguidade; do fim dos prémios variáveis em função dos resultados; da redução do subsídio de almoço para o valor praticado na função pública (4,27) e, no caso da CGD, ainda o aumento de 1% na contribuição para a CGA.

Texto: INÉS F. NETO

"O Governo quer resolver o défice fundamentalmente à custa dos trabalhadores das entidades consideradas no perímetro do Estado", critica a Federação nos comunicados.

Contratação colectiva posta em causa

Para a Febase e os seus Sindicatos, o Orçamento do Estado põe em causa os princípios da negociação colectiva: "Os trabalhadores e os seus Sindicatos dizem não a este pacote vergonhoso, violador de todas as regras democráticas que têm presidido à contratação colectiva no sector bancário português

Os Sindicatos prevêem "dias muito difíceis", considerando que "devem merecer um total e inequívoco repúdio por parte dos trabalhadores abrangidos e dos seus Sindicatos, por porem em causa o livre direito à negociação colectiva e a todas as matérias acordadas à mesa das negociações"

e manifestarão o seu repúdio através de todas as formas de luta previstas na Lei para desfazer este atentado aos mais elementares princípios da boa-fé negocial e dos acordos estabelecidos", lê-se nos comunicados.

A Federação vai mais longe e considera que o OE "configura um retrocesso no Estado de Direito democrático, porque viola de forma grosseira as convenções colectivas de trabalho, livremente negociadas e assinadas" entre os Sindicatos e as Administrações e "põe em causa direitos e garantias defendidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela CES e pela UNI".

Os comunicados terminam apelando à participação de todos os bancários na greve geral de 24 de Novembro, em defesa dos direitos contratuais e pelo não esvaziamento da negociação colectiva. ■

Cenário da negociação colectiva nos Seguros

Principais indicadores do sector a ter em conta para 2011

Texto: LUÍS DIAS/CARLOS MARQUES

Com uma ténue luz ao fundo do túnel, relativamente à negociação da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária do sector de Seguros para o ano de 2010, é expectável que o ano de 2011 traga aos trabalhadores de seguros um redobrado capital de verem reconhecidos o seu empenhamento, esforço e produtividade, demonstrados nesta conjuntura de crise financeira generalizada

É que os actuais indicadores indicam já uma excelente recuperação do sector em toda a linha, conforme em seguida ilustramos, a partir de uma sucinta aproximação aos mesmos.

Evolução da actividade seguradora

O mercado de Seguros registou, no final do ano de 2009, uma taxa de crescimento global da sua produção negativa em -5,30% (no total de Vida e Não Vida), comparada com o ano de 2008, sendo o seu valor global de 14.559.000.000 €.

O resultado do exercício de 2009, positivo em 260 milhões de euros, ilustra bem a vitalidade e a capacidade do sector Segurador em gerar riqueza, num contexto global da economia portuguesa, com muitas dificuldades. A sua participação na constituição do PIB tem-se mantido praticamente inalterada e situou-se em 2009 em 8,87%, tendo o seu valor sido ligeiramente inferior ao verificado no ano de 2008 (9,15%).

Temos, ainda, nesta relação PIB/Seguros e relativamente ao ano de 2009, que o sector de Seguros se encontra no topo dos investidores institucionais em Portugal, correspondendo a cerca de 34,90%, com um volume de activos de investimento sob gestão de mais de 55 mil milhões de euros.

Os indicadores de produção, disponibilizados até 31 de Agosto de 2010, mostram a inversão da tendência negativa do ano de 2009, indicando um aumento da

sua taxa de crescimento, com uma variação homóloga real de 19,50%.

O Ramo Vida verifica uma taxa de crescimento real de 28,90%, tendência que, certamente, irá ser incrementada até ao fim do ano 2010, porque o quarto trimestre é tradicionalmente o período forte de venda de produtos financeiros de capitalização para a reforma.

Quanto ao Ramo Não Vida, por virtude da influência negativa da produção do Ramo Automóvel (-1,10%) no período (até 31 de Agosto) e dos Acidentes de Trabalho - menos 5,70% - apresenta uma tendência global real negativa de -1,10%, susceptível de ser recuperado até final do ano.

Evolução da sinistralidade

Em 2009, o rácio de sinistralidade, obtido por custos dos sinistros sobre prémios emitidos, valores líquidos de resseguro cedido, para o Ramo Não Vida, apresentava o valor de 67,5 % contra 66,40% de 2008, tendo-se verificado um aumento global de 1,10%. Este aumento global dos custos com sinistros deve-se aos Ramos de Doença (+4,20%), Incêndio e Outros Danos (+4,10%) e Automóvel (3,70%). Em contrapartida, ocorreu uma redução nos Acidentes de Trabalho com algum significado, de 4,50%, de 85,30% em 2008 para 80,80% em 2009.

No Ramo Vida os custos com sinistros tiveram, por sua vez, uma acentuada regressão na ordem dos -17,50%, devido a uma significativa redução dos resgates e reembolsos dos produtos de capitalização.

Esta tendência oscilatória, mormente no Ramo Não Vida, revela os acentuados efeitos da forte redução dos custos com a sinistralidade, através de campanhas de sensibilização da opinião pública sobre prevenção e segurança e, certamente, o efeito da crise nos quilómetros percorridos

anualmente, em especial no mais problemático de todos os Ramos, o Automóvel.

Produtividade do capital humano

O número de trabalhadores efectivos passou de 11.829, em 2005, para cerca de 11.270, em 2009, ou seja, em cinco anos foram abatidos nos quadros das empresas de seguros 559 trabalhadores, verificando-se, desta forma, uma redução na ordem dos 4,72%, mantendo-se, assim, a tendência para uma constante redução de efectivos no sector segurador.

Por seu lado, o número médio de apólices por trabalhador manteve-se estável em 2009, com 2.153 apólices/trabalhador contra 2.156 em relação a 2008.

Nada justificará que o factor trabalho não possa ser remunerado de acordo com os factores de justiça essenciais à boa relação empregador/empregado

A análise global dos indicadores através de transformações patentia a capacidade de transformação e vitalidade do sector de Seguros português, na criação de riqueza, trazendo valor acrescentado à nossa débil economia e aos seus accionistas, sendo expectável e desejável que os trabalhadores do sector, componente essencial para a continuidade do seu crescimento, rentabilidade e credibilização, sejam igualmente seus beneficiários.

Com efeito, tem-se verificado uma evolução muito positiva e sustentada do sector dos Seguros em Portugal, para a qual têm contribuído, também, muitas gerações de trabalhadores de Seguros, participando activamente no seu processo produtivo.

Em suma, é nossa convicção que, não obstante a crise que se tem registado, todos os indicadores que permitem medir a importância, social, económica e de solvabilidade deste sector de actividade apontam num caminho de reacção positiva à crise financeira global e às medidas de austeridade impostas pelo Governo.

Por isso, nada justificará que o factor trabalho não possa ser remunerado de acordo com os factores de justiça essenciais à boa relação empregador/empregado. ■

Bowling

Ponta final de Briano Sousa garante-lhe o título nacional

A 3.ª edição do campeonato interbancário de bowling teve a sua final nacional em Tavira, nos dias 16 e 17 de Outubro, com a participação de 23 concorrentes, sendo 15 os representantes do Sul e Ilhas e oito os do Norte, com o registo da participação de quatro bancárias que, ao longo do torneio, se bateram de igual para igual com os seus colegas de profissão



A final nacional teve uma primeira fase, para apuramento dos oito mais pontuados, que se defrontaram depois, enquanto os restantes discutiram os lugares secundários da classificação geral.

O momento alto desta final passou pelo duelo entre Briano Sousa, do BPI/Lisboa, e Álvaro Fraga, do BPN/Porto, que viriam a discutir entre si os dois primeiros lugares, com vantagem para o primeiro, mas que só se manifestou nos dois jogos derradeiros da competição.

Briano Sousa levou a melhor nos dois primeiros jogos, com 160-153 e 200-194, mas perdeu a vantagem nos três seguintes, tendo entrado para o sexto dos oito jogos com uma desvantagem de 59 pontos, que viria então a reduzir para 56. Mas foi nos dois últimos jogos que o concorrente do BPI se galvanizou, ganhando o sétimo por 203-154 e o oitavo por 180-165, tendo terminado a sua prova com 14 pontos de vantagem sobre o seu mais cotado adversário que, pelo que fez, também merecia o título de vencedor.

Eis a classificação dos dez primeiros: 1.º Briano Sousa (BPI), 1401 pontos; 2.º Álvaro Fraga (BPN), 1387; 3.º Nuno Pedro (BP), 1344; 4.º Carlos Sieuve (CE-MAH), 1377; 5.º Olinda Bettencourt (Unicre), 1316; 6.º Amável Lourenço (Unicre), 1341; 7.º Jerónimo Fernandes (BP), 1307; 8.º Helena Lourenço (Unicre), 1301; 9.º Liseta Pereira (BPI); 10.º Gabriel Dias (BP).

Todos os oito primeiros pertencem ao SBSI, excepto o segundo e a nona, que são do SBN. ■

Karting

João Faria ganha em Baltar

A 12.ª edição do campeonato nacional interbancário de karting chegou ao fim no passado dia 2, com a realização da final nacional, no kartódromo de Baltar, e na qual participaram vinte pilotos, sendo 17 do Sul e Ilhas e três do Norte



Apesar de estarem em franca minoria, os pilotos nortenhos bateram-se de forma excelente e obtiveram dois dos primeiros nove lugares, com o destaque mais relevante para José Diogo Geraldês, que obteve a terceira posição na tabela final. O vencedor acabou por ser João Faria, do BES, que demonstrou estar em excelente condição, já que ainda recente-

mente se havia sagrado campeão do Sul e Ilhas.

A única bancária presente nesta final, Rita Filipe, não conseguiu melhor que a penúltima posição mas promete voltar na próxima edição do campeonato, com mais vontade e maior experiência.

Vejamos a classificação dos dez primeiros:

1.º João Faria (BES/Lisboa); 2.º Domingos Coragem (CCAM Reguengos); 3.º José Diogo Geraldês (BST/Porto); 4.º Nuno Pousadas (Banif/Lisboa); 5.º Carlos Manuel Gonçalves (Banif/Lisboa); 6.º Luís Filipe Simões (B. Popular/Parede); 7.º Paulo Alexandre Pires (Ifap/Lisboa); 8.º Paulo Jorge Santos (BPI/Azeitão); 9.º Filipe Borges (BST/Porto); 10.º Rui Álvaro Serrão (BCP/Lisboa). ■

Pesca

Rui Prata é novo campeão nacional de rio

Mais uma edição – a 32.ª – do campeonato nacional interbancário de pesca de rio chegou ao fim e na final, disputada nas águas do Rio Sorraia, em Coruche, foi Rui Prata, do BPI e do SBC, o mais pontuado, o que lhe valeu a consagração como novo campeão nacional



A final nacional teve lugar em 18 de Setembro e nela participaram 71 pescadores, em representação dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas.

Os participantes dividiram-se por quatro zonas, previamente estabelecidas e cedo se concluiu que António Cascão e Francisco Ribeiro seriam os vencedores das zonas A e B, tal era a vantagem adquirida sobre os outros competidores

a meio da prova. Já nas outras duas zonas a competição foi mais intensa, sobretudo na C, onde os quatro primeiros ficaram separados, no final, por escassos 80 gramas. O mesmo despique pela vitória aconteceu na zona D mas, aí, Rui Prata acabaria por levar a melhor e com um rendimento que lhe valeu o título de campeão nacional.

Esta foi a classificação dos dez primeiros:

1.º Rui Prata (GDBPI/C), 2920; 2.º José Alves Silva (GDST 2/S), 2420; 3.º António José Grave (GBES/S), 2300; 4.º Francisco Ribeiro (BP/S), 2200; 5.º António Cascão (GBES/C), 1660; 6.º David Franco (GDBPI/S), 1420; 7.º Adélio Machado (CGD/N), 1300; 8.º Fernando Antão (CGD 1/S), 1280; 9.º A. Augusto Carvalho (CGD/N), 1240; 10.º João Manuel Agualusa (GDST 1/S), 1100.

Para comprovar a intensidade da luta pelos primeiros lugares entre os participantes na zona D, refira-se que seis deles ocuparam os oito primeiros lugares da classificação geral.

Colectivamente, a vitória pertenceu à equipa da Caixa Geral de Depósitos, do Norte, por ter classificado os seus três melhores pescadores nos sete primeiros lugares da classificação geral, totalizando 10 pontos. Outra equipa da CGD, a 1 do Sul, somou 12 pontos, que lhe valeram o segundo posto, enquanto a equipa 1 do GDST, também do Sul, obteve o terceiro lugar, com 13 pontos, seguida do MBCP do Norte, com 15, e do BP, do Sul, com 16. ■

Surfcasting

Leonel Madrugo vence campeonato

O Grupo Desportivo do Santander Totta ganhou em toda a linha na final nacional do 3.º campeonato nacional interbancário de surfcasting, pois venceu colectivamente e um dos seus representantes, Leonel Madrugo, do SBSI, sagrou-se campeão nacional

A final nacional realizou-se em 9 de Outubro, na baía de São Martinho do Porto, com a participação de 45 pescadores: sete do Centro, doze do Norte e 26 do Sul e Ilhas.

Os concorrentes foram distribuídos por três sectores e a prova prolongou-se por quatro horas, com um mar nada propício à prática da modalidade, com muitas algas e com dois pescadores a partirem a sua cana, por esse motivo.

Com pouco peixe, o vencedor destacado do sector A foi Emílio Ferreira, do MG/N, tal como Jorge Santo António, do GDST 1/S, do C. Já no sector B foi registada maior captura e disso se aproveitou Leonel Madrugo para chamar a si o título nacional, tendo sido dele, também, a captura do maior exemplar.

Esta foi a classificação dos dez primeiros: 1.º Leonel Madrugo (GDST 3/S), 381; 2.º Emílio Ferreira (MG/N), 274; 3.º João Sousa Feira (GDST 1/S), 209; 4.º Armindo Ribeiro (BES/N), 204; 5.º Adélio Chacim (MBCP A/N), 135; 6.º Jorge Santo António (GDST 1/S), 130; 7.º João Farrumba (BP/S), 104; 8.º João Carvalho (BP/S), 68; 9.º João Manuel Agualusa (GDST 2/S), 63; 10.º António Serralha (GDST 2/S), 17.

Como já se referiu, o Grupo Desportivo do Santander Totta venceu colectivamente e colocou as suas três equipas do Sul nos três primeiros lugares, seguidas de duas equipas nortenhas, as do Montepio Geral e do BES.

A cerimónia de entrega de prémios teve lugar na Fundação Inatel, na Foz do Arelho, e permitiu um salutar convívio entre os participantes. ■

Snooker

Título para João Salgadinho



Simultaneamente com a realização da final nacional de bowling, também em Tavira teve lugar a final nacional do torneio de snooker “bola oito”.

A prova contou, na sua jornada final, com a participação de oito concorrentes, sendo quatro representantes do Sul e Ilhas, três do Norte e um do Centro.

Pedro Correia, do BCP, que recentemente se sagrou campeão do Sul e Ilhas, não logrou agora fazer jus às suas credenciais e ficou-se pelo quarto lugar, vendo o título de campeão nacional fugir para João Salgadinho, da CCAM do Algarve, a quem havia batido na final do Sul.

O principal rival do vencedor nesta final acabou por ser um seu colega da mesma entidade bancária, João Chumbinho, enquanto José Coelho, do BCP do Porto, alcançava o terceiro lugar. ■



Conselho Geral reuniu em Coimbra

Apoio à greve geral do dia 24

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Uma nova sessão do Conselho Geral do SBC teve lugar no passado dia 12 e, pela sua importância, merece ser denominada de histórica, pois no seu ponto 2, este Órgão discutiu, analisou e aprovou, por esmagadora maioria e sem votos contra, as negociações que a Direcção do nosso Sindicato vinha entabulando com a APB e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o denominado Acordo Tripartido, que envolveu, também, por parte dos trabalhadores, o SBSI e o SBN

Assim, a FEBASE, Federação do Sector Financeiro, recebeu por parte dos Bancários do Centro luz verde para a assinatura do referido Acordo, que prevê a integração no regime geral da Segurança Social dos bancários no activo, inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009.

Decidiu ainda este CG delegar competências nos Órgãos próprios da FEBASE para a outorga do Acordo Tripartido.

Foi também deliberado delegar competências nos Órgãos próprios da FEBASE

dos processos de revisão dos IRCT do sector bancário para 2011.

Antes do período da Ordem de Trabalhos foi aprovada, também, uma moção de apoio à greve geral de 24 de Novembro, proposta pela Direcção, cujo enquadramento e pressupostos decorrem do insustentável nível de desemprego que afecta a sociedade portuguesa, da insegurança e precariedade do trabalho e das profundas desigualdades sociais com que nos enfrentamos, situação que vai tornar-se ainda mais gravosa com a inten-

ção do Governo, através do PEC 2, propor uma substancial redução dos salários da Administração Pública, designadamente dos bancários do sector empresarial do Estado (CGD, Banco de Portugal, IFAP e BPN), o congelamento das pensões, a redução do Abono de Família, o aumento da taxa do IVA, o agravamento do IRS e outras medidas que, globalmente, agravarão as desigualdades sociais, fazendo daqueles que vivem do seu trabalho e dos mais pobres os principais afectados pela crise.

Esta moção contém, nas suas deliberações, uma saudação ao esforço das duas Centrais Sindicais portuguesas, a UGT e a CGTP-IN, em partilhar a unidade na

Os pressupostos da greve decorrem do insustentável nível de desemprego que afecta a sociedade portuguesa, da insegurança e precariedade do trabalho e das profundas desigualdades sociais com que nos enfrentamos

acção, nesta luta pelas injustiças sociais, e contém ainda um apoio inequívoco à greve geral, comprometendo o SBC para uma forte promoção da mobilização dos bancários da Zona Centro; recomenda à FEBASE que suscite a adesão a esta luta de todos os Sindicatos seus filiados; apela a todos os trabalhadores em geral para que se juntem nesta grande jornada de luta, dando público conhecimento desta deliberação à população e aos bancários. ■



Seminário da UGT/Coimbra

Igualdade de género no trabalho em debate

TEXTO: VASCO GARCIA

A "Igualdade de género no trabalho" foi o tema escolhido pela UGT/Coimbra para o seminário realizado em 14 de Outubro, num hotel daquela cidade

A Secretária de Estado da Igualdade foi a responsável pela abertura dos trabalhos e apontou o caminho para a fuga à recessão. "Só combatemos a crise e garantimos o desenvolvimento se apostarmos na igualdade de género", afirmou Elza Pais.

Segundo a governante, "Portugal é um dos países que tem menos discrepâncias" no âmbito da igualdade de género. Prova disso é a subida no Global Gender Gap Report 2010, anualmente realizado pelo World Economic Forum. Portugal ocupava a 46.ª posição e subiu este ano 14 postos, encontrando-se agora no 32.º lugar.

No seminário estiveram ainda presentes Eduardo Santos, coordenador científico do IPCDVS da Universidade de Coim-



bra; Sandra Ribeiro, Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; Paula Bernardo, Secretária-geral adjunta da UGT; e Mafalda Troncho, directora do escritório em Lisboa da Organização Internacional do Trabalho. A sessão foi moderada por Eduarda Macário, subdirectora do diário "As Beiras".

O Presidente da Direcção do Sindicato dos Bancários do Centro também inter-

veio, apontando o dedo à falta de fiscalização nesta matéria. "Não basta legislar. O problema é que não há fiscalização. A ACT não actua", declarou Carlos Silva.

O Secretário executivo da UGT/Coimbra, Ricardo Pocinho, encerrou os trabalhos, anunciando a intenção da estrutura sindical em continuar a promover debates deste tipo. ■

Nas Caldas da Rainha

Novas instalações já abertas aos sócios

TEXTO: CARLOS SILVA



As novas instalações, contíguas ao posto clínico dos SAMS das Caldas da Rainha, para funcionamento da área sindical, foram inauguradas no passado dia 4.

Os sócios passam, assim, a dispor de sala de Formação/Reuniões, sala de convívio com TV por cabo, jogos, máquina de café, leitura de jornais e acesso à Internet, tudo

instrumentos de mobilização dos nossos associados residentes ou desenvolvendo a sua actividade profissional na área das Caldas da Rainha.

Para formalizar o evento, a Direcção do nosso Sindicato realizou ali uma reunião alargada a membros da MAG/CG, do Conselho Disciplinar e Conselho Fiscalizador de Contas, contando ainda com elementos das

chefias de pessoal, simbolizando desta forma a aposta da Direcção em potenciar a actividade sindical no sul do distrito de Leiria, com a implementação de melhores condições de prestação de serviços.

Estiveram ainda presentes os membros do Secretariado Regional de Leiria, bem como actuais e antigos membros do Conselho Geral e delegados sindicais daquela área.

Numa curta alocução, o Presidente da Direcção enalteceu o esforço que foi feito pelo SBC nesta aposta de dinamizar a zona mais a sul do SBC, o trabalho do pessoal que preparou e orientou as obras de remodelação e agradeceu as muitas presenças dos colegas que não quiseram faltar à chamada, referindo que o SBC é dos seus associados mas que é preciso motivá-los para uma presença mais assídua, criando-se assim as melhores condições para esse objectivo, terminando a cerimónia com um Porto de Honra. ■



Comemorações dos 75 anos do SBC

TEXTOS: SEQUEIRA MENDES

Exposição de artistas bancários em Leiria



Com a presença da Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, D.ª Laura Esperança, e da grande maioria dos bancários expositores, decorreu a abertura da exposição de artistas plásticos bancários do distrito de Leiria, no salão de exposições do Turismo da Região de Turismo Leiria Fátima, no passado dia 19 e que esteve patente nos onze dias seguintes.

Esta iniciativa, anunciada aquando da abertura das comemorações dos 75 anos do SBC, em Leiria, no primeiro trimestre deste ano, teve a presença de doze artistas plásticos bancários, que ali apresentaram mais de uma trintena de obras, especialmente de pintura e de fotografia. ■

Passeio no Douro constituiu êxito total



Decorreu no passado dia 23 de Outubro mais uma iniciativa da Comissão de Reformados, desta vez com um magnífico passeio, que consistiu na subida do Rio Douro, desde a Régua até Barca d'Alva. Cerca de cem colegas reformados subiram, no cais da Régua, para o barco que os haveria de conduzir, rio acima, através de belas e extensas paisagens de vinha, entrecortadas por margens íngremes e abruptas, de cortar a respiração, num espectáculo esmagador, que surpreende a todo o momento, nesta região do nosso País, considerada património mundial pela Unesco.

Às 9h30 já toda a gente se encontrava a tomar o pequeno-almoço no barco e,



quase sem dar conta, já os participantes se encontravam na eclusa de Bagaúste, a que se seguiram as da Valeira e do Pinhão.

O almoço também decorreu no barco e a satisfação foi geral, pois pelo ambiente que se respirava se pôde constatar que a iniciativa constituiu um êxito total. Depois, foi a chegada a Barca d'Alva e o início da viagem de regresso, tendo os colegas oriundos da

Guarda e de Viseu seguido directamente para suas casas e os de Leiria e de Coimbra feito uma paragem em Viseu, para jantar. Mais uma vez, a Comissão de Reformados se sentiu acarinhada por todos quantos participaram na iniciativa, razão pela qual se sente animada para outras acções que possam contribuir, de algum modo, para o bem estar de todos os colegas reformados. ■



Conselho Geral reúne no dia 11

TEXTOS: PATRÍCIA CAIXINHA



Sede do STAS

Em 11 de Novembro irá decorrer uma reunião ordinária do Conselho Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, pelas 14h30, no Salão Nobre da Sede do Sindicato.

A referida reunião destina-se não só a deliberar sobre uma questão nuclear ao

actual momento político-sindical, que está a afectar a vida dos trabalhadores portugueses, mas também a dotar o Sindicato do instrumento financeiro necessário para o seu funcionamento durante o exercício económico do próximo ano.

A ordem de trabalhos agendada para esta reunião é a seguinte:

1. Deliberar sobre a adesão à greve geral convocada para o dia 24 de Novembro de 2010;
2. Discussão e votação do Orçamento para o ano de 2011;
3. Informações.

Assembleia de Delegados Sindicais

No próximo dia 16 de Novembro terá lugar uma Assembleia de delegados sindicais, na Sede do Sindicato.

A reunião terá como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

1. Aprovação da acta da Assembleia anterior;
2. Debate sobre a greve geral;
3. Apresentação do Orçamento para 2011;
4. Apresentação da tabela salarial para 2011;
5. Situação sindical nas empresas;
6. Informações. ■

O STAS e as Uniões da UGT



UGT – Algarve: Secretariado - Henoque Faria Miguel.

UGT – Beja: Secretariado - Maria Luísa Mamede Palma (suplente).

UGT – Castelo Branco: Secretariado - Francisco José Andrade Romão (suplente).

UGT – Coimbra: Conselho Fiscalizador de Contas - Norberto Duarte Rafael (suplente).

UGT – Lisboa: Secretariado - Luís Martins Dias.

UGT – Porto: Conselho Fiscalizador de Contas - José Neves Mendes (Vice-presidente).

UGT – Setúbal: Conselho Fiscalizador de Contas - José Manuel Almeida Miranda (suplente).

UGT – Madeira: José Ricardo Correia Silva e Ivone Valentina P. H. Gonçalves. ■

Eleições para delegado sindical da Mondial Assistance Portugal

De acordo com o estipulado nos Estatutos deste Sindicato, foi convocada, no passado dia 18, a Secção Sindical de Empresa da Mondial Assistance Portugal para a eleição do delegado sindical.

O referido acto decorreu no cumprimento escrupuloso do regulamento estatutário, tendo sido apurado o seguinte resultado:

A Lista A foi a única candidata.

Os votos válidos totalizaram 35.

Não houve votos brancos ou nulos.

Quanto às abstenções, foram apuradas 7 no total.

Patrícia Matildes dos Santos Raposo (efectiva) e Ana Patrícia Vicente Furão (suplente) entraram em funções no dia 21 de Outubro e até à data de tomada de posse dos Órgãos do Sindicato que vierem a ser eleitos em Assembleia-Geral Eleitoral, a ocorrer em 2012.

STAS propõe adesão à greve geral de 24 de Novembro

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA/JOSÉ LUIS PAIS

Num comunicado que divulgámos junto dos nossos associados, no passado mês de Outubro, esclarecemos as razões essenciais que levaram a UGT a aderir à greve geral e que a seguir transcrevemos. As razões são de tal modo importantes que juntaram na mesma luta as duas Centrais Sindicais.



A UGT e a CGTP-IN assumem claramente:

- O combate ao desemprego e à precariedade, como prioridade das prioridades;
- A necessidade de crescimento e emprego com direitos, por via do investimento público, particularmente em áreas sociais ou modernizadas da economia e do investimento privado, praticamente paralisado;
- O combate à pobreza e à exclusão e, em geral, às desigualdades sociais, o que exige o aumento do salário mínimo

para 500€ em Janeiro de 2011, e do rendimento mínimo e dos apoios sociais, em especial aos desempregados, pensionistas e idosos;

- A defesa do direito à negociação e dinamização da contratação colectiva, como instrumento de progresso social, o que passa pelo aumento real dos salários, como imperativo nacional para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento do País;
- O combate a todas as ilegalidades e a exigência de uma actuação firme das inspecções, em particular da Inspecção Geral do Trabalho pela efectivação das

normas legais e contratuais, contra a precariedade e os vínculos ilegais, pelo respeito pelos acordos e pelos horários de trabalho e no combate às violações das condições de higiene, saúde e segurança no trabalho;

- A apresentação de um Orçamento do Estado para 2011 que seja de crescimento e emprego, para dar resposta aos problemas dos trabalhadores, das famílias e do País e não apenas de combate ao défice e aos desequilíbrios estruturais com que nos confrontamos.

A UGT e a CGTP-IN manifestam a sua determinação na luta:

- Contra a revisão da Constituição ou da legislação do trabalho, que ponha em causa os direitos dos trabalhadores;
 - Contra quaisquer medidas que permitam a redução de vencimentos dos trabalhadores no sector empresarial do Estado, público e privado;
 - Na defesa de uma Administração Pública de qualidade e bem gerida, o que exige o respeito pelos direitos dos trabalhadores;
 - Na defesa do trabalho digno;
 - Contra medidas que ponham em causa o Estado Social, garante da igualdade de oportunidades para todos;
 - Pela exigência do combate efectivo à fraude e à revisão fiscal e à economia clandestina.
- É neste contexto que a Direcção solicitou ao Conselho Geral, que reúne no dia 11 de Novembro, que delibere a adesão do STAS à greve geral. ■

Campeonato de futebol de sete

Cinco equipas jogam pelo título

TEXTO: MÁRIO RÚBIO

O 4.º campeonato de futebol de 7 do STAS iniciou-se no passado dia 5 e, à hora de encerramento desta edição ainda não tínhamos disponíveis os resultados da 1.ª jornada que colocou em confronto as equipas da AXA com a Lusitânia e da FM/IB com a Zurich.

Este campeonato, que conta com a participação de cinco equipas – AXA; Açoreana/Global; FM/IB; Lusitânia e Zurich – e é disputado a duas voltas, realiza-se às Sextas-feiras, no parque de jogos do Estádio Pina Manique, no Monsanto, a partir das 20,00 horas.

Prevê-se um campeonato disputado com muito interesse e bastante competitividade. ■

Secção Regional de Portalegre tem novas instalações

TEXTO: RUI SANTOS

O dia 9 de Outubro de 2010 passa a constituir uma data marcante para a Secção Regional de Portalegre e para os bancários da região pois foi nessa data que teve lugar a inauguração da sua nova sede, no cumprimento de um sonho antigo dos principais dinamizadores da actividade sindical naquela zona do Alto Alentejo

As novas instalações foram adquiridas pelo Sindicato e representaram um esforço financeiro inadiável, porque as anteriores já se mostravam insuficientes para o funcionamento adequado dos serviços. Têm agora mais espaço na área administrativa mas, também, uma biblioteca e uma sala polivalente, que pode ser utilizada para acções de formação, reuniões de associados e, até, para convívio dos muitos sócios que frequentam aquela Secção Regional.

É o próprio Secretariado da Secção Regional que entende que as novas instalações reúnem as condições ideais para a dinamização da acção sindical na região.

A nova sede está instalada na Rua Alexandre Herculano, 86. Um local bem mais perto dos bancários e do centro da cidade de Portalegre.

A cerimónia da inauguração contou com a presença de cerca de 130 associados do nosso Sindicato, para além de José Miguéns e Eleutério Batista, do Secretariado da Secção Regional, de vários elementos da Direcção do SBSI, entre eles Delmiro Carreira, Presidente, de uma representante do Governador Civil de Portalegre e, ainda, do Eng. Mata Cáceres,

actual Presidente da Câmara Municipal da cidade, e de Fernando Soares e Abel Brás, dois dos fundadores daquela Secção Regional, há mais de quarenta anos.

Coube a Delmiro Carreira descerrar uma placa que ficará a assinalar a inauguração, enquanto o Presidente da Câmara Municipal não quis deixar de su-



Aspecto exterior da nova sede



Mais de 130 bancários estiveram presentes na inauguração



Delmiro Carreira agradece a saudação do Eng. Mata Cáceres

no seu mandato, uma velha aspiração dos bancários de Portalegre, aproveitando para dar conta das principais preocupações da Direcção a que preside e do melindroso momento político-sindical que atravessamos.

Integrado nas cerimónias da inauguração, o Secretariado da Secção Regional promoveu um torneio interno de futsal, que contou com a participação de cinco equipas, e uma visita cultural guiada à cidade de Portalegre e aos seus museus, acompanhada por uma guia especializada. ■



Formação

Novas acções em Évora e Albufeira

TEXTOS: RUI SANTOS

O Pelouro da Formação do SBSI concluiu mais duas acções de formação para os seus sócios: uma em Évora, sobre “gestão de risco na acção comercial”, que reuniu 24 participantes, e outro em Albufeira, sobre “gestão de clientes”, que contou com a presença e participação de 27 formandos

Formandos querem mais cursos

Já na parte final dos cursos, e em troca de impressões com os participantes, foi abordada a possibilidade de alargar a toda a área do Sindicato os cursos de fiscalidade, de contabilidade e de inglês nas operações de caixa, que estão agora a ser iniciados na área do Alentejo, em parceria com o INETESE.

O Pelouro está já a perspectivar a realização de algumas dessas acções

As duas acções foram amplamente participadas e decorreram com o maior interesse dos associados a quem eram dirigidas e que, no final, manifestaram o desejo que outras ac-

A satisfação imperou na acção em Évora



Os formandos do curso em Albufeira

ções se venham a realizar, necessariamente abordando outros temas.

Nestas acções participaram associados oriundos de diversas Secções Regionais e de Empresa, o que permitiu confrontar diversas realidades na Banca mas, também, em termos geográficos.

no decurso do plano de actividades previstas para o próximo ano.

Nas duas acções a que nos referimos também estiveram presentes Mendes Dias e Teresa Seabra, da Direcção do nosso Sindicato e do Pelouro da Formação. ■

Pesca

António Morais vence em Alpiarça



A 50.ª edição do convívio piscatório da Secção Regional de Santarém teve lugar na Barragem dos Patudos, em Alpiarça, e juntou algumas dezenas de pescadores locais e de vários grupos desportivos da Banca.

Após a prova, que foi bem disputada e que permitiu uma boa pescaria a boa parte dos concorrentes, procedeu-se à pesagem, que apurou António Morais como vencedor da taça do Secretariado. Mas coube a Pedro Peralta a captura de um dos melhores exemplares, como a foto demonstra.

Durante a entrega de prémios, Mendes Dias – que ali representava a Direcção do nosso Sindicato – destacou a persistência que os participantes continuam a dedicar ao seu desporto favorito e agradeceu ao Secretariado da Secção Regional de Santarém, na pessoa do seu coordenador, António Carreira, o trabalho sindical que vem desenvolvendo. ■

O verde intenso com o mar como horizonte

Camping Olhão

Disfrute de uma terra de praias e pescadores que convida ao lazer



Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas



Convenção de jovens bancários propõe encontro de jovens da Febase

O SBN realizou, de 15 a 17 de Outubro, a 6.ª Convenção de jovens bancários, que contou com a presença de uma centena de associados e respectivos familiares, mobilizando mais de 200 pessoas.

No dia 16, a comissão organizadora, composta por Clara Quental, Gabriel Costa, Isabel Velada e Ana Ribeiro, fez, pela voz de Clara Quental, a abertura dos trabalhos, desejando aos presentes um fim-de-semana proveitoso, quer a nível de trabalho quer de lazer.

Também o presidente da MAGCGC, Alfredo Correia, em nome dos Corpos Gerentes, não deixou de saudar todos quantos quiseram colaborar em mais esta organização do seu Sindicato.

Seguiu-se o primeiro painel, subordinado ao tema “Segurança Social na Banca”, que, moderado por Clara Quental, teve como oradores o director dos Recursos Humanos do BES, Pedro Raposo, e o Secretário-geral da Febase, Carlos Silva.

Pedro Raposo agradeceu à comissão organizadora o trabalho efectuado para o sucesso da convenção, ressaltando que “isto só se faz por profundas convicções e não por dinheiro”. E fez uma exposição sobre a Segurança Social e a importância que o Acordo Tripartido tem para os bancários, já que garante parte do pagamento da sua futura pensão de reforma pela Segurança Social.

Apresentou vários exemplos, explicando – com números – a forma como o Acordo Tripartido foi feito e reafirmou a convicção de que da sua aplicação resultarão, “de certeza absoluta”, benefícios para os bancários.

Um dia histórico

Também Carlos Silva fez uma explanação sobre este tema, dizendo que “foi um dia histórico”, já que “o que está em causa tem apenas a ver com o pagamento das reformas futuras pela Segurança Social”. Acrescentou que, “ao fim de 62 anos, o Conselho Sectorial da actividade bancária do sector financeiro (Febase), onde estão representados os três Sindicatos verticais do sector, aprovou por larga maioria, com 54 votos a favor, 12 contra e 6 abstenções, a integração dos bancários do activo, inscritos na CAFEB, no regime geral da Segurança Social, que



garantirá benefícios tais como a parentalidade e a velhice, salvaguardando o pagamento das reformas dos bancários”.

Seguiu-se um interessante e activo debate, com a intervenção de alguns jovens bancários, que viram as suas legítimas dúvidas devidamente esclarecidas.

O segundo painel, sob o tema “SAMS, a realidade”, foi moderado por Gabriel Costa e teve como oradores o presidente do Conselho de Gerência dos SAMS, António Sá Coutinho, e o Director clínico, Luís Aguiar.

O presidente do Conselho de Gerência fez uma resenha histórica sobre os SAMS e deu boas notícias, no que se refere ao valor de futuras participações em algumas áreas, informando que estão em análise outros benefícios, como a complementaridade entre cônjuges dos associados.

Fez também um resumo sobre a actualidade dos SAMS, exemplificando algumas situações, como a política de convenções clínicas e a utilização dos serviços, não só por beneficiários mas também por familiares destes, não abrangidos pelos benefícios contratuais.

Luís Aguiar referiu-se a aspectos importantes de várias especialidades prestadas e falou na marcação de consultas, na utilização de genéricos e na elevada qualidade dos médicos e enfermeiros que trabalham nos SAMS, de que cerca de 90% são de carreira hospitalar.

Após o almoço foram retomados os trabalhos, com uma mesa-redonda sobre

a “Situação actual da Banca”, que teve como moderador Francisco José Oliveira e a participação de António Domingues, Vice-presidente do Conselho de Administração do BPI, Camilo Lourenço, jornalista e comentador de assuntos económicos e financeiros, e João Proença, Secretário-geral da UGT.

António Domingues começou por informar que, embora tenha visto ultimamente diminuída a sua rentabilidade, a Banca, em Portugal, tem estado bem e disse que as novas regras sobre requisitos mínimos de fundos próprios, representam, no seu entender, um acréscimo fundamental, embora considere que os accionistas têm correspondido aos respectivos aumentos de capital. E referiu-se ainda aos rácios de liquidez, ao desequilíbrio público e às modestas perspectivas de crescimento da economia.

Camilo Lourenço comentou a actual situação económica e financeira, concentrando-se, especialmente, na situação do País, no que toca ao endividamento da economia e ao desequilíbrio externo.

Banca opta por investir no estrangeiro

O Secretário-geral da UGT referiu-se ao facto de os Bancos e empresas terem optado, desde há vários anos, por investir no estrangeiro, com o intuito de obter lucros rápidos, o que muito tem prejudicado o nosso País.

Disse ainda que Portugal deve questionar-se sobre “se está a fazer o que se deve fazer para favorecer a economia portu-

guesa e não a estrangeira”, sendo prioritário melhorar a credibilidade dos diversos PEC, para combater situações especulativas, de que a Banca não está imune, e que contribuíram, decisivamente, para a actual crise económica.

Também aqui houve diálogo aberto entre os intervenientes e a assistência.

O encerramento foi feito pelo presidente da Direcção, Mário Mourão, que começou por mostrar a sua satisfação pelo interesse demonstrado pelos jovens nos painéis debatidos.

Referindo-se ao Acordo Tripartido, disse que representa a garantia do pagamento de parte das futuras pensões de reforma aos bancários pela Segurança Social, estando convicto de que as condições de vida dos mesmos ficarão assim melhoradas. Pediu, por isso, aos jovens presentes para ajudarem a combater os boatos que grassam na Banca, aproveitados por pessoas de escrupulo duvidoso para desestabilizar e causar problemas entre os bancários.

Continuou, dizendo que o Sindicato só é grande e importante com a ajuda de todos os associados e, em especial, dos jovens bancários: “Digam-nos o que é preciso para chegarmos até vós e estarmos convosco no local de trabalho. Temos de encontrar uma maneira de enfrentarmos as dificuldades que se avizinhm. Podem contar com todos os elementos do nosso Sindicato. Contem connosco. Tragam questões, não hesitem em colocar-nos os vossos problemas. Tragam mais jovens para o nosso seio”.

Finalmente, deu a notícia de que, nesse mesmo dia, em contacto com o Secretário-geral da Febase, Carlos Silva, tinha sido acordado por ambos propor ao Secretariado a realização de um novo encontro, desta vez dirigido a todos os jovens associados dos Sindicatos da Federação, durante o primeiro semestre de 2011.

Seguiram-se algumas actividades lúdicas e de convívio destinadas aos associados e seus cônjuges e filhos.

A boa disposição dos jovens bancários e familiares, bem patente na alegria estampada no rosto das crianças ali presentes, foi uma constante, demonstrativa de que a matriz adoptada pelo SBN nos últimos encontros é a que mais se ajusta, como forma de esclarecer e de unir os associados mais jovens. ■

TEXTO: ISABEL VELADA

Conselho Geral aprova integração dos bancários na Segurança Social

TEXTO: FRANCISCO OLIVEIRA

O Conselho Geral do SBN aprovou, com apenas um voto contra, no passado dia 13 de Outubro, uma proposta da Direcção para a integração dos bancários na Segurança Social.

Com a integração é mantido o desconto de 3% para a Segurança Social – que vinha sendo feito para a CAFEB – enquanto as contribuições necessárias para cobrir os custos com as novas eventualidades a suportar pelo regime geral – parentalidade e velhice (pensões de reforma) – ficam a cargo dos Bancos, que passam a contribuir com 23,61%, quando actualmente descontam 11% para a CAFEB.

Por outro lado, aos trabalhadores admitidos antes de 3 de Março de 2009 e inscritos no regime geral da Segurança Social continuam a ser aplicadas todas as disposições constantes do acordo do sector bancário ou de qualquer outro instrumento de regulamentação colectiva aplicável, ao passo que a situação contributiva e os direitos dos actuais reformados se mantêm inalteráveis.

Entretanto, o pagamento dos dias de baixa (doença), invalidez e morte (subsídio por morte e pensões de sobrevivência) continuam a cargo das entidades patronais, da integração não resulta qualquer transferência dos Fundos de Pensões da Banca para o Estado e os descontos de 5% para os fundos, feitos pelos trabalhadores admitidos após 1 de Janeiro de 1995 (1996, no caso do SBN), continuam a ser efectuados e são parte do património desses Fundos.

Sublinhe-se que, desde os anos 40 do século passado, que a questão da previdência, hoje denominada Segurança Social, se vem colocando no sector bancário, sem que fosse possível um consenso entre Sindicatos e Banca, dadas as posições intransigentes por esta assumidas.

Precisamente por isto, a questão da Segurança Social sempre assumiu um

papel relevante nos programas de acção das Direcções dos Sindicatos dos bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas. A total dependência dos Fundos de Pensões, que a Banca foi obrigada a criar mas que tem gerido totalmente através de sociedades gestoras, ainda que com alguma supervisão do Instituto de Seguros de Portugal, nunca agradou aos Sindicatos.

A crise financeira mundial veio mostrar a justeza das preocupações dos Sindicatos e revelar fragilidades até há pouco desconhecidas. Impunha-se, por isso, dar passos no sentido de alterar este estado de coisas, que colocava o futuro dos bancários totalmente nas mãos de banqueiros, cujos critérios prudenciais estão manifestamente em crise.

Foi por isso que, em Novembro de 2008, estes Sindicatos fizeram um Acordo Tripartido – com o Governo e a Associação Portuguesa de Bancos – no sentido de os bancários admitidos a partir da data de entrada em vigor do diploma legal seriam obrigatoriamente inscritos no regime geral da Segurança Social, o que veio a acontecer com efeitos desde 2 de Março de 2009.

Neste contexto, foi possível obter agora este acordo para as condições a observar na inscrição obrigatória no regime geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários no activo e abrangidos pela CAFEB, relativamente a algumas eventualidades cobertas por este regime, sem prejuízo da manutenção das regras constantes dos instrumentos de regulamentação colectiva aplicáveis no sector, que mantêm o carácter complementar àquele regime geral e na protecção da parentalidade, que engloba as eventualidades de maternidade, adopção, paternidade e velhice.

Também o Conselho Geral aprovou, por maioria, uma moção, apresentada pelos TSD, solidarizando-se com a greve geral do dia 24. ■



Textos: **FIRMINO MARQUES**



Exposição fotográfica Imagens e um tema

Como vem sendo habitual, o SBN, através do Núcleo de Fotografia, realiza, mensalmente, na sua Galeria, na Rua Conde de Vizela, 145, uma série de exposições – esta é já a 14.ª – que intitulou “Imagens e um tema”.

Cada evento é, rotativamente, da responsabilidade de um dos membros do referido Núcleo, cabendo a Manuel Manarte, no mês de Novembro, apresentar uma mostra que designou por “Veneza” e que poderá ser visitada até 2 de Dezembro, todas as Quartas e Quintas-feiras, das 15 às 17h30. ■

Xadrez

Mário Massena impõe-se brilhantemente



Mário Massena



A “concentração”

Mário Massena, do BST da Boavista/Porto, impôs-se com autoridade no 26.º torneio regional de xadrez do SBN, cuja fase decisiva se disputou em 9 de Outubro, sendo acompanhado no pódio por Brandão de Pinho, do Banco de Portugal, e Fernando Leitão e Jorge Pinheiro, ambos do BCP, todos com a mesma pontuação, e que, juntamente com Eduardo Viana, do BST, e Arnaldo Ferreira, do BCP, representarão o SBN na final nacional. ■

Lazer

No âmbito das suas actividades de ocupação de tempos livres, o SBN vai promover, para além das já célebres caminhadas, diversos eventos, destinados a todos os sócios do SBN e familiares, com idade igual ou superior a 18 anos, tais como:

Passeio de BTT

No próximo dia 27 de Novembro, em Agrela, Santo Tirso, vai realizar-se o 1.º passeio BTT, dirigido aos amantes do ciclismo, particularmente na vertente do BTT.

As características do percurso escolhido, por trilhos e caminhos rurais do concelho de Santo Tirso, na distância de 25 quilómetros e desenhado para todo o tipo de “betetista” – independentemente da idade e sexo – permite a cada participante efectuar-lo ao seu ritmo.



Encontro de paintball recreativo

O 2.º encontro de paintball recreativo terá lugar no Campo Aventura Rates Park, (<http://www.ratespark.net/localizacao.html>) em S. Pedro de Rates, no próximo dia 13 de Novembro. ■

King

Novo campeão regional



Cupertino de Miranda

Com a consagração do campeão regional, Sérgio Cupertino de Miranda, do BES, que revalidou o título conquistado no ano passado, realizou-se no passado dia 23 a final do torneio de king de 2010. Para além do campeão, também José Claudemiro Martins, do BPI, Valdemar Reis Gaspar, do BES, e Delfim Salvador Costa Guedes, do BES, classificados nas posições imediatas, se apuraram para representar o SBN na final nacional. ■

CONCURSO **FOTO**
STAS SBSI 2010

FOTOGRAFIAS APURADAS NO MÊS DE OUTUBRO

TEMA LIVRE - STAS



Berço da vida
João Sales



Janelas do Mundo
Luís Silva



A Perfeição
Alfredo Coelho

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - STAS



Pôr-do-sol no Tejo
João Sales



Retratos e Auto-retratos
João Sales



Dás-me Lume
Alfredo Coelho

TEMA LIVRE - SBSI



Neblinas Matinais
João Amaro



Chuva de Bolas
João Amaro



Embate Brutal
José Canelas

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - SBSI



Feira Popular
Jorge Conceição



Amamentando
Armindo Isaac



Sem Título III
Orlando Viegas

Veja toda a informação em : www.foto-stas-sbsi.blogspot.com



O Sindicato dos Bancários do Norte, vai levar a efeito uma campanha para aquisição de Portáteis e LCD/LED Toshiba a preços muito competitivos, durante os meses de Novembro e Dezembro, destinada aos seus associados.



SATELLITE PRO L650-1LV

LCD 15.6 HD 200 CSV LD • Intel® Core™ i3-370M (2.40 GHz) • HDD 500GB(5400 rpm) SATA • 4GB DDR3 (1066 MHz) • Gráfica ATI XT Park DDR3 (512MB) • Teclado numérico • HDMI • Win7 64bit Home Premium • Garantia 2 anos

OFERTA:

Mala Toshiba para portátil até 16"
Rato Laser Wireless Toshiba

PVP PROMO - 699,00€ c/ IVA

TECRA A11-19M

LCD 15.6" Wide HD • Intel® Core™ i5-460M • (2.80GHz Turbo) 1.066MHz • HDD 320GB (7200 rpm) SATA • 4GB DDR3 (1066 MHz) • LAN Gbit • Porta Série • Teclado numérico • Win7 32bit Professional EP • Garantia 3 anos

OFERTA:

Mala Toshiba para portátil até 16"
Rato Laser Wireless Toshiba

PVP PROMO - 889,00€ c/ IVA



LCD REGZA 37RV733G

Full HD 1920x1080p • Active Vision II • DLNA • MPEG4 • Modo Jogo • 4 HDMI • LAN

OFERTA:

Leitor de DVD
HD JPEG • MP3 • DivX • HDMI-CEC • 1080p upscaling • HDMI • USB 2.0

PVP PROMO - 599,00€ c/ IVA

LCD REGZA 40RV733G

Full HD 1920x1080p • Active Vision II • DLNA • MPEG4 • Modo Jogo • 4 HDMI • LAN

OFERTA:

Leitor de DVD
HD JPEG • MP3 • DivX • HDMI-CEC • 1080p upscaling • HDMI • USB 2.0

PVP PROMO - 669,00€ c/ IVA

LED REGZA 40SL733G

LED Resolution+ • Full HD 1920x1080p • Active Vision M100HD Pro • 100Hz • DLNA • Modo Jogo • 4 HDMI • Entrada de cartão SD • LAN

OFERTA:

Leitor de Blu-Ray
2CH • BD Profile 2.0 BD Live • USB • HDMI • RJ45/Ethernet • Reproduz BD/DVD/CD/MP3/JPEG/DvX/MKV/AVCHD

PVP PROMO - 859,00€ c/ IVA

Condições:

Encomendas e pagamentos serão efectuados na Loja de Atendimento dos serviços do SBN na Rua da Fábrica, 81 – Porto | Tel.: 22 339 88 48/17/09/05 | Fax: 22 339 88 77 | e-mail: sag@sbn.pt
Após pagamento será emitida a credencial para efeitos de levantamento do equipamento na Deltabite – Rua S. Dinis, 483 – Porto | Tel.: 22 832 94 09 | e-mail: info@deltabite.com
O pagamento poderá ser integral ou fraccionado. No acto da reserva deverá ser pago de imediato 20% do valor da compra.
Para informações complementares, consultar a Loja de Atendimento do SBN.
A entrega na morada do associado tem um custo de transporte de 7,00€ para Portáteis e ofertas e de 18,00€ para Televisores e ofertas (com IVA incluído).
Todos equipamentos e acessórios sujeitos a ruptura de stock.